

A INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA EM OBRAS EXISTENTES

ANTONIO MANOEL N. CASTELNOU, NETO

CASTELNOU NETO, A.M. A intervenção arquitetônica em obras existentes. Semina: Ci. Exatas/Tecnol., Londrina, v. 13, n. 4, p. 265-268, dez. 1992.

RESUMO: No presente trabalho, procuramos levantar, a nível teórico, algumas considerações sobre as formas de intervenção arquitetônica em obras existentes. O artigo procura delinear e caracterizar as diferentes atitudes diante do patrimônio histórico. Propõe-se um grau de hierarquização entre essas posturas, que é fruto da análise bibliográfica e de opiniões sobre o assunto e consiste num estudo exploratório.

PALAVRAS-CHAVE: Preservação; Restauração; Revitalização; Reciclagem

1 - INTRODUÇÃO

Uma das áreas de crescente interesse da arquitetura e do urbanismo consiste na preservação do patrimônio histórico. São várias as causas que conduziram a atenção dos arquitetos para este campo, entre as quais a revalorização da história, a constatação da importância do passado e o despertar ecológico da sociedade neste final de século.

Entretanto, é evidente a existência de diversos fatores que impulsionam o desenvolvimento social e, conseqüentemente, o surgimento de novas necessidades que acabam por influenciar o já existente. Além disso, todas as obras arquitetônicas construídas pelo homem estão sujeitas ao desgaste contínuo e inevitável. Este se dá tanto pela ação do meio ambiente como pelo seu próprio uso e consiste num desgaste físico, funcional e até mesmo estético, levando-se em conta que os gostos se modificam, assim como as formas e condições de utilização.

Considerando todo contexto arquitetônico e urbanístico importante testemunho histórico, ao mesmo tempo que passível de um processo de transformação, é possível identificar vários graus de intervenção sobre uma obra existente. Tais graus dependem das posturas individuais e coletivas que envolvem a manutenção do patrimônio e variam substancialmente conforme cada caso específico.

2- PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

O patrimônio cultural de um povo consiste nos bens, materiais ou não, produzidos por este e que são

preservados de muitas maneiras, visando a garantia da manutenção da memória de sua história e de sua cultura.

Em termos arquitetônicos, considera-se como patrimônio ambiental urbano o conjunto de monumentos edificados em determinado local, que são tombados, restaurados e preservados como tal. O processo de tombamento requer uma série de condicionantes que, quase sempre, tem fundo econômico, uma vez que a classificação dos bens a serem reservados é essencialmente de cunho financeiro, pois depende das verbas disponíveis e das prioridades de preservação.

Numa cidade, estão sujeitas a tombamento histórico quaisquer obras que representem a memória urbana, por questões arquitetônicas, simbólicas ou sentimentais. Assim, tanto ruínas, edificações incompletas- demolidas ou com partes faltosas - e sítios arqueológicos como construções recentes, casas modestas e edifícios ainda em uso podem ser tombados como patrimônio.

A preservação- do latim "praeservare", que significa observar previamente - tem aqui portanto o sentido de guardar ou conservar para os próximos tempos. Sua metodologia é bastante recente, datando do século XIX, e varia conforme as posturas que se tem diante do passado, como exemplifica HOSMER (1965).

O método romântico de preservação constitui numa reconstituição sem documentos históricos, quando obras antigas são recuperadas e revitalizadas com certa fidelidade e muito saudosismo. Já o método arqueológico, surgido na época da descoberta das grandes ruínas mediterrâneas, proíbe a reconstrução, a não ser que se utilize métodos e materiais originais.

Existe ainda o método histórico, que fundamenta-

1 - Departamento de Arquitetura e Urbanismo/CTU - Universidade Estadual de Londrina, Caixa Postal 6001, Londrina, Paraná, Brasil, CEP 86051-970.

se na idéia da recuperação de edifícios de forma fidedigna, com uso de documentação, não permitindo nem a alteração do lugar original da obra nem seu espaço volumétrico.

Finalmente, a preservação científica baseia-se em dados arqueológicos e em documentos históricos, permitindo a intervenção na obra, assim como sua nova utilização, desde que seja mantido o partido da mesma.

3 - OBSOLESCÊNCIA DA OBRA ARQUITETÔNICA

Muitas transformações agem sobre uma edificação em decorrência de causas naturais de ação lenta, como problemas de mecânica dos solos, agentes meteorológicos ou mesmo biológicos, ou ainda, de ação violenta, como aluviões e tremores de terra. Disto resulta a sua obsolescência física, que pode ser acelerada por fatores artificiais ou devido a ação humana, como o desgaste material, a poluição e inclusive as guerras.

Além disso, a obra pode se tornar obsoleta ao nível de sua funcionalidade, o que decorre de mudanças por que passa a sociedade, principalmente de ordem sócio-econômica. A obsolescência pode assumir então vários graus, o que torna fundamental sua consideração técnica, isto é, a comparação quantitativa e qualitativa do edifício com modelos de referência, tanto físico quanto funcionalmente.

Duas formas de intervenção arquitetônica são ocasionadas visando sanar o mau estado de determinada construção: a conservação e a reconstrução.

A conservação relaciona-se estritamente à preservação do patrimônio histórico e pode ser definida, segundo FITCH (1981), como a intervenção física na própria matéria de um edifício para assegurar sua integridade estrutural ou estética. É um trabalho contínuo de manutenção que visa garantir a sobrevivência física de monumentos, incluídos aqui tanto edifícios isolados como distritos e paisagens históricas, além de ruínas e sítios arqueológicos.

O ato de conservar é um trabalho que extrapola a atitude meramente projetual, pois requer serviços ligados à especificidade das técnicas construtivas, das agentes de deterioração e das condições de viabilidade técnica, que reivindicam uma ação eminentemente prática.

Como exemplos, pode-se citar a conservação de fachadas históricas em cidades antigas, a constituição de um "Museu Arquitetônico ao ar livre" - uma aldeia ou bairro que se mantém intacto, sem grandes alterações-, a manutenção do traçado original de uma cidade, etc.

A reconstrução consiste no resgate de um passado arquitetônico perdido, ou seja, num "re-feito" a partir da reprodução de partes destruídas, da construção de réplicas ou da substituição de partes desaparecidas. Muitas vezes, trata-se de fazer uma cópia exata do antigo ou recriar um edifício ausente no local original, o que pode ser justificado por razões urbanísticas - a obra desempenha papel vital numa composição monumental.

Trabalho típico em situações de pós-guerra, de abandono ou de exploração arqueológica, pode também ser um serviço de consolidação, isto é, a transformação de um edifício em um todo monolítico ou a inserção de novos membros estruturais visando sua estabilidade.

Exemplificando, aqui se incluíam os serviços de reconstituição de um templo ou de uma igreja parcialmente destruída num bombardeio, assim como a complementação de uma obra histórica por algum motivo danificada.

4- RESTAURAÇÃO NA ARQUITETURA

Todo objeto arquitetônico possui um caráter, que é derivado de um conceito precedente, ou melhor, das idéias, intenções, preocupações e significações as quais o arquiteto procurou priorizar e seguir. O caráter de um edifício é igualmente originado do espírito de uma época, dos valores de uma sociedade, das ressonâncias de uma moda ou inclusive de um empenho individual-criativo de seu autor.

Ao lado do caráter- e intrinsecamente dependente dele - encontram-se a função e a forma da edificação. A primeira, componente utilitária, reflete seu modo de uso e sua razão de ser social; a segunda, resultado formal, reaciona-se à plástica e à estética da mesma.

A restauração consiste em recuperar uma obra, o que pode acontecer de dois modos: fazendo uma "reversão" ao estado original - o que pressupõe uma reconstituição histórica - ou fazendo uma "intervenção" da obra em si, respeitando entretanto seu caráter, função e forma.

Segundo AZEVEDO (1987), a recuperação é uma intervenção destinada a eliminar a obsolescência física e funcional de uma obra e permitir seu pleno uso social, evitando sua disfunção, abandono e, conseqüentemente, destruição. Assim, restauração trata-se do conjunto de trabalhos de regeneração de uma ou mais edificações de importância histórica, cujo resultado deve refletir as condições reais em que tais obras eram utilizadas.

Freqüentemente associado à conservação e eventualmente à reconstrução, o ato de restaurar equívale a manter o caráter, a forma e a função originais da obra. Isto pode ser feito de duas maneiras: utilizando-se de artesãos que trabalham com as ferramentas tradicionais ou utilizando-se materiais e ferramentas modernas, mas que respeitam o aspecto arquitetônico original.

O restauro envolve várias etapas, como, por exemplo, a limpeza dos escombros e catalogação dos materiais encontrados; a consolidação das estruturas e tratamento das instalações complementares; a decoração, restauração e recuperação dos acabamentos, esquadrias e vidros; etc. MONTES (1975), LEAL (1977) e VALCARCEL (1977) contribuem com trabalhos específicos sobre o assunto.

Visando preservar a exata estrutura original da edificação, a restauração não impede que se introduza várias soluções técnicas como processos de injeção de concreto em fendas e alicerces, eliminação de infiltrações ou aplicação de abrasivos com granitos de areia na limpeza e de

produtos químicos para a descupinização.

A arqueologia é uma fonte indispensável na restauração tanto da paisagem como da obra arquitetônica, sendo que um dos cuidados que se deve ter é com relação ao risco de embelezamento do passado. Os melhores exemplos são os trabalhos de preservação de fazendas históricas ou edifícios antigos, de recuperação de bairros ou praças deterioradas, entre outros.

5- REVITALIZAÇÃO E RECICLAGEM

A consciência de que a Natureza deve ser vista como algo limitado, formado pelo conjunto de ecossistemas do qual o homem faz parte, caracteriza o pensamento ambientalista da atualidade. Assim, a ação de consumi-la desmedidamente passou a ser substituída por uma atitude de reflexão e respeito ao meio circundante. Isto também se aplica à segunda natureza, a arquitetura.

Segundo PORTOGHESI (1985), um dos fatores do desequilíbrio urbano não é apenas o da especulação a nível imobiliário, mas também a total falta de atenção que é voltada à memória coletiva dos habitantes, a sua noção de espaço e de cidade.

Além disto, a preservação, em termos econômicos, revela-se mais em conta do que uma demolição realizada para a construção de um novo prédio. Uma revitalização ou reciclagem, feitas para que a distribuição espacial de uma edificação seja compatibilizada com novas funções a serem a ela destinadas, permitem uma economia em torno de 20% do valor total da obra, além de menor tempo de execução.

Com o objetivo de preservar o existente, ao mesmo tempo de evitar o desperdício material e o esbanjamento energético, os atos de remodelação são importantes intervenções arquitetônicas.

A revitalização consiste na reestruturação de um conjunto urbanístico ou obra arquitetônica, ou seja, na série de trabalhos que visam revitalizar - dar nova vida - ou reabilitar - dar nova habilidade - a determinada obra que se encontra em deterioração ou mesmo desuso. Para tanto, permite-se reformular componentes - elementos constituintes -, associar novas funções e acrescentar intenções ao projeto, desde que se mantenha total ou parcialmente o caráter original.

Observa-se aqui que há a manutenção da primeira função, que é apenas "melhorada" através de uma reformulação mais "modernizada" ou da associação de novos usos, que intensificam e complementam o anterior. Não há o abandono da função original, mas sim sua revitalização.

Tal atitude é mais maleável que a restauração em relação ao passado histórico, pois permite que este seja acrescido de novos elementos e, portanto, que haja uma maior intervenção. Reestruturar é reorganizar a estrutura básica, tornando explícitas antigas relações e criando novas que se adaptam harmonicamente ou se rivalizam com as anteriores.

São exemplos gerais a reabilitação de um pátio

ferroviário, a revitalização de um centro comercial, a reestruturação de um fundo de vale, etc.

Quanto à reciclagem, esta baseia-se essencialmente na reutilização de um edifício ou sítio urbano, ou melhor, numa adaptação a novos usos. Reciclar é iniciar um novo ciclo de utilização da obra, o que pode ser feito não só com a mudança de função da mesma como da sua forma e até caráter. Vai desde a modernização da aparência até o aproveitamento do valor econômico, cenográfico e sentimental da obra arquitetônica.

A reciclagem é uma prática que tomou impulso principalmente após a década de 60, com o despertar ecológico - a crescente preocupação com o meio ambiente natural - e o despertar histórico - a consciência da importância do passado. Oferece um meio menos perturbador socialmente para a melhoria da cidade, além de ser uma prática mais econômica.

Muitos exemplos são mostrados por DIAMONSTEIN (1980) e CANTACUZINO (1986), entre os quais a transformação de uma fábrica em Shopping Center ou a remodelação de uma praça em centro esportivo, além de outros.

6- GRAUS DE INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA

Tanto a revitalização como a reciclagem equivalem a uma modificação, maior ou menor, na forma arquitetônica de uma obra histórica, isto é, ambas interferem parcial ou totalmente na aparência estética da obra, sendo por isso também denominadas de reformas. A distinção se dá exclusivamente quanto à função, que pode ser mantida ou substituída.

A harmonização entre o antigo e o novo pode passar por vários níveis, como salienta BROLIN (1984). Em termos gerais, uma reforma apresenta três graus de interferência no projeto original, a saber:

RADICAL: quando os novos elementos intencionalmente contrastam com o existente, pelas intenções projetuais ou tratamento a nível de material, cor, textura, etc. Há um choque em termos formais paralelo ao de termos funcionais.

EQUILIBRADO: quando se procura associar harmonicamente os acréscimos ou modificações ao que já existe, o que pode ser feito através da repetição de tipos, unificação de motivos e tratamento cromático, mas nunca de maneira dissimulada, isto é, promovendo algum tipo de "falsificação" da obra.

SUTIL: quando há um respeito completo ao que existe previamente, tanto em função dos novos componentes sugeridos como dos novos usos previstos. Muitas vezes, é bastante difícil identificar o que foi reformulado.

7-CONCLUSÃO

Basicamente, a função do edifício histórico é influenciada tanto na restauração, na revitalização como na reciclagem. Entretanto, o que acontece de modo tímido e até sensível nas duas primeiras, é feito de forma radical na última. Para entender essa diferença basta analisar os exemplos extremos de um convento medieval que é restaurado para visitação pública, revitalizado para um centro turístico ou reciclado para um Shopping Center.

Quanto ao caráter histórico, este é mantido através da conservação, da reconstrução e da restauração arquitetônicas, mas pode vir a sofrer interferências quando da revitalização e, o que é mais comum, da reciclagem.

O arquiteto desempenha importante papel na preservação do patrimônio histórico, assim como na sua adequação ao modo de vida contemporânea. O próprio ato de reciclar uma obra do passado é prática pós-moderna, o que por si só já garante a mudança do caráter arquitetônico do edifício em questão.

A preservação não é estritamente a manutenção da paisagem urbana inalterada, mas também associa-se à percepção de que nada é perpétuo e imutável, mas sim passível de transformação e conseqüente crescimento. Entender o passado não é apenas conhecê-lo como história, mas também saber incorporá-lo à ação do presente e, mais ainda, ao nosso futuro.

CASTELNOU NETO, A.M. The architectural intervention in existent buildings. **Semina: Ci. Exatas/Tecnol.**, Londrina, v. 13, n. 4, p. 265-268, Dez. 1992.

ABSTRACT: *In the present paper, it was checked at theoretical level, some considerations about the manners of architectural intervention in existing buildings. This article aims at tracing and characterizing the different attitudes concerning the historical patrimony. A hierarchy of these postures is suggested. It comes from an analysis and research of opinions concerning this subject and it consists of an exploratory study.*

KEY-WORDS: *Preservation; Restoration; Revitalization; Renewal*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, P.O.D. A recuperação do patrimônio habitacional como alternativa complementar para a solução do problema da moradia no Brasil. In: SIMPÓSIO SOBRE BARATEAMENTO DA CONSTRUÇÃO HABITACIONAL, 1987. Tema II, trabalho 67.

BROLIN, B.C. *La arquitectura de integracion - Armonización entre edificios antiguos y modernos.* Barcelona: CEAC, 1984.

CANTACUZINO, S. *New uses for old buildings.* New York: Watson-Cupitill, 1986.

DIAMONSTEIN, B. *Buildings reborn.* New York: Harper & Row, 1980.

FITCH, J. *Preservação do patrimônio arquitetônico.* São Paulo: FAU/USP, 1981.

HOSMER, C. *Presence of the past.* New York: G.P. Putnam's Sons, 1965.

LEAL, F.M. *Restauração e conservação de monumentos brasileiros.* Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1977.

MONTES, A.M. *La restauracion arquitectonica de edificios arqueológicos.* México: Instituto Nacional de Antropologia y História, 1975.

PORTOGHESI, P. *Depois da arquitetura moderna.* Lisboa: Edições 70, 1985.

VALCARCEL, J.M. *Restauracion monumental y "puesta en valor" de las ciudades americanas.* Barcelona: Blume, 1977.

Recebido para publicação em 11/06/93